

## Proc. Administrativo 21- 007/2024

**De:** Bárbara M. - SEPLAF-DLIC

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 21/06/2024 às 08:34:32

**Setores envolvidos:**

GAB, GAB-CINT, SEPLAF, GAB-ACOM, SEPLAF-DCOMP, SEPLAF-DLIC, SEPLAF-DCONT, SEDEMA, SEDEMA-DAPEC, DEP-JUR-LIC

### Aquisição de Motocicleta

Bom dia, solicito novamente a assinatura do edital corrigido.

—

**Bárbara Karla Reis Martins**

*Comissão de licitação*

**Anexos:**

2\_ANEXO\_II\_TERMOS\_DE\_REFERENCIA.pdf

3\_ANEXO\_III\_MODELO\_DE\_PROPOSTA.docx

EDITAL.pdf

**Proc. Administrativo 13- 007/2024**

**De:** Kleber C. - SEDEMA

**Para:** SEPLAF-DLIC - Diretoria de Licitação - A/C Luciana S.

**Data:** 05/06/2024 às 16:33:07

**Setores envolvidos:**

GAB, GAB-CINT, SEPLAF, GAB-ACOM, SEPLAF-DCOMP, SEPLAF-DLIC, SEPLAF-DCONT, SEDEMA, SEDEMA-DAPEC, DEP-JUR-LIC

## Aquisição de Motocicleta

**Prezada Diretora Municipal,**

Vimos por meio deste, cumprimentar V. S.<sup>a</sup> e na oportunidade encaminhar em anexo, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR) com as devidas correções realizadas recomendadas no Parecer Jurídico emitido conforme Despacho supra de nº. 12 - 007/2024, emitido pelo Procurador Municipal o Senhor Diogo Aléssio de Faria Campos Corrêa.

Desde já, contamos com sua pronta atenção, elevamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

## Anexos:

ESTUDO\_TECNICO\_PRELIMINAR.docx

ETP.pdf

TERMO DE REFERENCIA.docx

TR.pdf



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### INTRODUÇÃO

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento apresenta não apenas os estudos preliminares realizados, mas também traz o estudo de gerenciamento de riscos, materializado no mapa de riscos.

### REFERÊNCIA LEGAL

→ **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.**

Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

→ **LEI MUNICIPAL Nº 950, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.**

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022/2025, e dá outras providências.

→ **LEI MUNICIPAL Nº 1005, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.**

Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2024.

→ **LEI MUNICIPAL Nº. 1020 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Referente à Lei Orçamentária Anual de 2024.

→ **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.**

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990 e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

→ **DECRETO MUNICIPAL N.º 1.213, DE 31 DE MARÇO DE 2023.**

Dispõe sobre regulamentação das modalidades de licitação e dos instrumentos auxiliares previstos na lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.

→ **PORTARIA MUNICIPAL DE Nº. 694, DE 22 DE ABRIL DE 2024.**

Nomeação do agente de contratação.

→ **PORTARIA MUNICIPAL DE Nº. 567, DE 13 DE MAIO DE 2024.**

Nomeação dos pregoeiros do município.





# MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS

## PREFEITURA MUNICIPAL

Proc.: \_\_\_\_/2024  
Proc. Licitatório: \_\_\_\_/2024  
Folha: \_\_\_\_  
Visto: \_\_\_\_

→ **PORTARIA MUNICIPAL DE Nº. 704, DE 15 DE MAIO DE 2024.**

Designação de fiscal de contratos.

→ **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022.**

Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

→ **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 07 DE JULHO DE 2021.**

Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

### 1 - OBJETO

1.1 - Aquisição de motocicletas para a Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

### 2 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O município de Jaraguari-MS tem um vasto território sendo 2.913,000 km<sup>2</sup> de área e como fonte econômica principal o agronegócio, e ao longo dos anos vem crescendo cada vez mais com avanço das lavouras, além de que, uma grande quantidade de comunidades rurais tradicionais e da agricultura familiar.

A comunidade rural, especialmente a agricultura familiar, acessa os serviços públicos pertinentes através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, por meio da Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, que é responsável pelo atendimento a esse público, assim sendo, para que possamos prestar os serviços com eficiência e eficácia nas diversas comunidades rurais é necessário uma logística apurada para cumprir com o cronograma de atendimento e atender os munícipes de maneira satisfatória. Portanto, diante desse contexto a aquisição das motocicletas proporcionará um transporte rápido a essas comunidades, além do que, um deslocamento mais rápido e econômico ao município.

A contratação em epígrafe contribuirá para dinamizar a logística nos atendimentos facilitando os trabalhos da Secretaria Municipal e atender as Emendas Impositivas Individuais de nºs. 023/2023 e 026/2022, onde para atendimento ao objeto pretendido será utilizada a modalidade de licitação PREGÃO ELETRÔNICO, com o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 3.1 - Segue abaixo os requisitos gerais da contratação:

a) A presente contratação obedecerá a forma de fornecimento INTEGRAL;



RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS  
FONE (67) 3285-1359 - EMAIL: [planejamento@jaraguari.ms.gov.br](mailto:planejamento@jaraguari.ms.gov.br)

Assinado por 2 pessoas: ELISABETH RIBEIRO BRASIMCONE e ALEXANDRE DO AMARAL SOUSA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jaraguari.ms.gov.br/verificacao>





**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

Proc.: \_\_\_\_/2024  
Proc. Licitatório: \_\_\_\_/2024  
Folha: \_\_\_\_  
Visto: \_\_\_\_

- b) O prazo de vigência do contrato será contado do ato da assinatura até 30 de novembro de 2024, podendo ser prorrogado através de termo aditivo (se for o caso);
- c) O local de entrega dos materiais será na Rua Izolino Alves Pereira, nº. 191, Centro, Cep: 79.440-000, no pátio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente na sede do Município de Jaraguari-MS;
- d) O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura do contrato, contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou Requisição;
- e) O prazo de recebimento provisório será de 02 (dois) dias úteis a contar da data de entrega do objeto feita pelo contratado;
- f) O prazo de recebimento definitivo será de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento provisório, após a verificação do cumprimento das exigências do Termo de Referência, podendo ser prorrogado excepcionalmente, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento dessas exigências;
- g) O prazo para substituição ou reparação do objeto deverá executado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando o objeto for executado em desacordo com as especificações deste instrumento;

**3.2 - Das condições gerais de execução do objeto:**

- a) O objeto a ser fornecido deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento e aceitação definitiva pela fiscalização;
- b) Deverá ser apresentado prospecto/catálogo do objeto a ser fornecido junto da proposta no momento do certame.
- c) Todos os custos com a entrega do bem fornecido, impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem será de responsabilidade da contratada vencedora do certame.

**3.3 - Dos requisitos específicos da contratação:**

- a) Somente será permitida nesta contratação a participação de empresas que sejam revendedora autorizada (concessionária) ou o próprio fabricante do veículo, conforme preconiza a Lei nº. 6.729, de 08 de novembro de 1979;
- b) As motocicletas deverão ser novas, 0km, sendo considerado veículo automotor novo o veículo a motor de propulsão antes do seu registro e licenciamento vendidos por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante da motocicleta, no





termos da liberação do Contran de nº. 64, de 30 de maio de 2008, e da Lei Federal nº. 6.729, de 1979.

#### **4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

No presente estudo, foram pesquisadas contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades públicas, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades deste município, no entanto, diante das opções encontradas no mercado a única solução mais viável de acordo com o levantamento de mercado, realizado previamente através de orçamento em empresas do ramo do objeto, foi a aquisição do equipamento 0 (zero) km, pois o mesmo será integrado ao patrimônio do município não gerando danos ao erário público, além de que, a utilização do equipamento poderá ser de grande valia para a execução dos trabalhos durante seu período de vida útil, proporcionando ao município um deslocamento rápido dos servidores e uma economia de custeio do presente equipamento que agilizará a realização das tarefas.

#### **5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A Administração Pública Municipal é composta por diversas demandas, e a Secretaria através do Fundo Municipal engajado em cumprir com a obrigação pública visando o bem estar da coletividade, procedeu-se o levantamento dessa demanda para elaborar a presente documentação, encontrando-se no procedimento os elementos que dizem respeito ao objeto solicitado.

A estimativa da demanda é baseada principalmente nos procedimentos e compras públicas realizadas anteriormente, mas também com base na evolução e desenvolvimento local, pois a aquisição intentada adquire contornos de maior relevância, porquanto viabiliza a manutenção dos equipamentos oficiais, garantindo segurança aos usuários.

A definição do objeto aqui citado se dará, detalhadamente, no competente Termo de Referência que será elaborado oportunamente. Aqui, neste Estudo, tão somente serão destacados os elementos principais relacionados à aquisição até mesmo porque o presente documento não se confunde com aquele, o Termo de Referência.

Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher qual a solução que melhor responde às necessidades deste Município, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos produtos a serem adquiridos, onde surge as possibilidades: Adquirir os equipamentos que serão incorporados à frota do órgão, cabendo neste a responsabilidade pela gestão da manutenção e documentação pertinente; e ou a locação dos mesmos (sem motorista) onde o serviço consiste na disponibilização dos equipamentos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pela manutenção de cada um, pela gestão da documentação pertinente e pela substituição dos mesmos, além de que, esta modelagem inclui franquia mensal e valor por km rodado, ou quilometragem livre.

Diante do exposto, a justificativa da escolha da solução passa pelas seguintes situações









**Proc.:** \_\_\_\_\_/2024  
**Proc. Licitatório:** \_\_\_\_\_/2024  
**Folha:** \_\_\_\_\_  
**Visto:** \_\_\_\_\_

No que tange aos impactos ambientais da aquisição, foram relacionadas, neste estudo, as obrigações da contratada quanto a critérios de sustentabilidade, que vão desde rotinas até critérios que deverão ser respeitados quando da aquisição e disponibilização dos materiais.

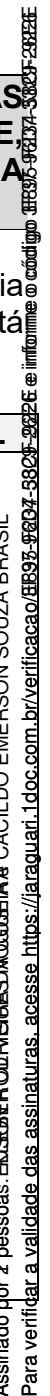
**6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDENCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA**

O presente processo tem como escopo a aquisição de motocicletas para a Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária. As quantidades e unidades do fornecimento, está estabelecido na tabela abaixo:

ITEM	OBJETO	QT	UND	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
01	MOTOCICLETA ZERO KM, com motorização no mínimo 160cc, monocilíndrico de 4 tempos e arrefecido a ar, Potência / Torque: Potência: de no mínimo 14, cv á 9000rpm (Gasolina)/ 14,0cv á 9000rpm (Etanol). Torque: de no mínimo 1,40kgf.m á 5.000rpm (Gasolina)/1,60kgf.m á 5.000rpm (Etanol). Transmissão: Manual de 5 velocidades, Suspensão: Dianteira: Garfo telescópico e curso de 180 mm. Traseiro: Mono e curso de no mínimo 150 mm. Consumo de no mínimo: 36 km/l, Roda e Pneus: Dianteiro de medidas no mínimo: 90/9019M/C - Traseiro: 110/90 - 17M/C: Freios: Dianteiro: A disco 240´mm/Traseiro: A disco´220mm, Peso no mínimo: 120 kg, Dimensão: Comprimento: 2.067 mm/Largura: 810mm/Altura:1.151mm/Altura do assento de no mínimo:	03	Unidade		



RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS  
FONE (67) 3285-1359 - EMAIL: [planejamento@jaraquari.ms.gov.br](mailto:planejamento@jaraquari.ms.gov.br)







	830mm/Distância entre eixos de no mínimo 1.350mm, Distância mínima do solo de no mínimo: 240 mm, Tanque capacidade de no mínimo:10L. (Zero) quilometro.				
--	---	--	--	--	--

As quantidades elencadas na tabela acima fundamentam se de acordo com as necessidades da Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, principalmente no que diz respeito as justificativas no item 01, especialmente as emendas impositivas que integra este documento.

**7 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CALCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO**

O valor estimado global da presente contratação é de **R\$ 68.683,00 (SESSENTA E OITO MIL SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS)**, conforme cotação realizada pelo Departamento de Compras. Os preços unitários referenciais estão expressos na tabela do item 6 deste Estudo Técnico Preliminar.

Em atenção à Instrução Normativa nº 65/2021, os valores estimados para a contratação derivam de pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras por meio da plataforma Banco de Preços, englobando compras governamentais, outros entes públicos, sites de domínio amplo, totalizando 03 (três) fontes.

**8 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Na presente demanda, não é vislumbrado no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto a ser adquirido, visto que, há apenas um item composto por objetos iguais, o qual será julgado pelo critério menor preço global. O parcelamento do objeto em itens iguais pode prejudicar a economicidade visada no processo, visto que compras em maior quantidade com uma única empresa gera economia de escala.

**9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Trata-se de processo de contratação de procedimento autônomo, independente de outros processos de contratações, já que cada demanda tem suas particularidades, conforme as justificativas contidas na necessidade da contratação.





**10 - DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE**

Com base no referido Plano de Contratação Anual, verifica-se que a presente contratação não encontra-se prevista, todavia a previsão da despesa intentada está inserida no Plano Plurianual do Município de Jaraguari-MS (PPA 2022-2025), segundo o exposto na **Funcional Programática nº. 20.606.0110-2.197 – Gestão da Patrulha Mecanizada**.

Assim, verifica-se que a solicitação em estudo alinha-se ao planejamento estratégico municipal.

**11 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMO DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

Com a execução do presente fornecimento, busca-se melhorar a estrutura de equipamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, além de que, facilitar na logística e no deslocamento dos servidores para a realização dos trabalhos da Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, facilitando a execução das políticas públicas, na valorização do patrimônio público, e também, na estruturação física da Secretaria.

**12 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, TAIS COMO ADAPTAÇÕES NO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE, NECESSIDADE DE OBTENÇÃO DE LICENÇAS, OUTORGAS OU AUTORIZAÇÕES, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada.

**13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

Nessa contratação não se vislumbra impactos ambientais decorrentes do processo.

**14 - DO GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Assim como toda contratação, vislumbram-se alguns riscos em curso no decorrer do processo, são eles:

RISCO: ATRASO OU DEMORA NA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	
Probabilidade	( ) Baixa ( X ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta



**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

Proc.: \_\_\_\_/2024  
Proc. Licitatório: \_\_\_\_/2024  
Folha: \_\_\_\_  
Visto: \_\_\_\_

Dano	
Demora na contratação, resultando no atraso da aquisição e dificultaria a realização dos trabalhos da Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, e conseqüentemente, prejuízos à administração e aos produtores rurais do município que necessitam de apoio para obterem a geração de renda, e que conseqüentemente, prejudica o desenvolvimento econômico do município.	
Ação Preventiva	Responsável
Executar o passo a passo do procedimento administrativo licitatório com atenção especial para que o processo ocorra da melhor maneira possível e forma rápida.	Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
Ação de Contingência	Responsável
- Acompanhar todos passos do processo; - Responder de forma rápida e eficiente as dúvidas da contratação; - Fornecer as informações técnicas necessárias para a eficiência da contratação;	Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
Risco: Final de mandato político	
Probabilidade:	( ) Baixa (X) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média (X) Alta
Dano	
A execução do objeto ficará comprometida, não se alcançado o escopo do processo licitatório.	
Ação Preventiva	Responsável
Licitar em um prazo hábil para que não haja atraso na contratação.	Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
Ação de Contingência	Responsável
Concluir o processo licitatório para receber os bens o mais rápido possível para realizar os deslocamentos dos servidores para a execução dos serviços.	Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**15 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

Ante o exposto neste estudo técnico preliminar, conclui-se ser viável a contratação solução escolhida, porquanto ela se adéqua à necessidade exposta no item 01 deste estudo, e se mostra a mais adequada, como demonstrado no item 4.

**16 - RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO**



RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS  
FONE (67) 3285-1359 - EMAIL: planejamento@jaraguari.ms.gov.br

Assinado por 2 pessoas: ELSON SOUZA BRASIL e EMERSON SOUZA BRASIL  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jaraguari.ms.gov.br/verificacao/18395-9827-3327-2824





**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

Proc.: \_\_\_\_\_/2024  
Proc. Licitatório: \_\_\_\_\_/2024  
Folha: \_\_\_\_\_  
Visto: \_\_\_\_\_

Este estudo foi desenvolvido pelo seguinte servidor: Cacildo Emerson Souza Brasil.

Jaraguari/MS, 05 de junho de 2024.

Este estudo foi lido e aprovado por:

**KLEBER OLIVEIRA DA COSTA**

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente  
Portaria nº. 200/2018

Assinado por 2 pessoas: KLEBER OLIVEIRA DA COSTA, CACILDO EMERSON SOUZA BRASIL  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jaraguari.1doc.com.br/verificacao/BB93-98D7-5829-29226>



RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS  
FONE (67) 3285-1359 - EMAIL: [planejamento@jaraguari.ms.gov.br](mailto:planejamento@jaraguari.ms.gov.br)





**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - OBJETO**

1.1 - Aquisição de motocicletas para a Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2.1 - Aspectos gerais do objeto:

ITEM	OBJETO	QT	UND	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
01	MOTOCICLETA ZERO KM, com motorização no mínimo 160cc, monocilíndrico de 4 tempos e arrefecido a ar, Potência / Torque: Potência: de no mínimo 14, cv á 9000rpm (Gasolina)/ 14,0cv á 9000rpm (Etanol). Torque: de no mínimo 1,40kgf.m á 5.000rpm (Gasolina)/1,60kgf.m á 5.000rpm (Etanol). Transmissão: Manual de 5 velocidades, Suspensão: Dianteira: Garfo telescópico e curso de 180 mm. Traseiro: Mono e curso de no mínimo 150 mm. Consumo de no mínimo: 36 km/l, Roda e Pneus: Dianteiro de medidas no mínimo: 90/9019M/C - Traseiro: 110/90 - 17M/C: Freios: Dianteiro: A disco 240´mm/Traseiro: A disco´220mm, Peso no mínimo: 120 kg, Dimensão: Comprimento: 2.067 mm/Largura: 810mm/Altura:1.151mm/Altura do assento de no mínimo: 830mm/Distância entre eixos de no mínimo 1.350mm, Distância mínima do solo de no mínimo: 240 mm, Tanque capacidade de no mínimo:10L. (Zero) quilometro.	03	Unidade		

As quantidades elencadas na tabela acima fundamentam se de acordo com as necessidades da Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, principalmente no que diz respeito as justificativas no item 01, especialmente as emendas impositivas que integra esse documento.







## **2 - TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO A MICROEMPRESAS (MEs), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPPs) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIs)**

O objeto deste termo de referência obedecerá a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, por isso deverá dispensar às Microempresas (ME), Microempreendedores individuais (MEI) e empresas de Pequeno Porte (EPP), no que couber, tratamento diferenciado e favorecido previsto no referido dispositivo legal, como a oportunidade para regularização documental e o critério diferenciado de desempate.

## **3 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

O município de Jaraguari-MS tem um vasto território sendo 2.913,000 km<sup>2</sup> de área e como fonte econômica principal o agronegócio, e ao longo dos anos vem crescendo cada vez mais com avanço das lavouras, além de que, uma grande quantidade de comunidades rurais tradicionais e da agricultura familiar.

A comunidade rural, especialmente a agricultura familiar, acessa os serviços públicos pertinentes através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, por meio da Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, que é responsável pelo atendimento a esse público, assim sendo, para que possamos prestar os serviços com eficiência e eficácia nas diversas comunidades rurais é necessário uma logística apurada para cumprir com o cronograma de atendimento e atender os munícipes de maneira satisfatória. Portanto, diante desse contexto a aquisição das motocicletas proporcionará um transporte rápido a essas comunidades, além do que, um deslocamento mais rápido e econômico ao município.

A contratação em epígrafe contribuirá para dinamizar a logística nos atendimentos facilitando os trabalhos da Secretaria Municipal e atender as Emendas Impositivas Individuais de nºs. 023/2023 e 026/2022, onde para atendimento ao objeto pretendido será utilizada a modalidade de licitação PREGÃO ELETRÔNICO, com o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

## **4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A Administração Pública Municipal é composta por diversas demandas, e a Secretaria através do Fundo Municipal engajado em cumprir com a obrigação pública visando o bem estar da coletividade, procedeu-se o levantamento dessa demanda para elaborar a presente documentação, encontrando-se no procedimento os elementos que dizem respeito ao objeto solicitado.

A estimativa da demanda é baseada principalmente nos procedimentos e compras públicas realizadas anteriormente, mas também com base na evolução e desenvolvimento local, pois a aquisição intentada adquire contornos de maior relevância, porquanto viabiliza a manutenção dos equipamentos oficiais, garantindo segurança aos usuários.





# MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS

## PREFEITURA MUNICIPAL

Proc.: \_\_\_\_\_/2024  
Proc. Licitatório: \_\_\_\_\_/2024  
Folha: \_\_\_\_\_  
Visto: \_\_\_\_\_

A definição do objeto aqui citado se dará, detalhadamente, no competente Termo de Referência que será elaborado oportunamente. Aqui, neste Estudo, tão somente serão destacados os elementos principais relacionados à aquisição até mesmo porque o presente documento não se confunde com aquele, o Termo de Referência.

Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher qual a solução que melhor responde às necessidades deste Município, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos produtos a serem adquiridos, onde surge as possibilidades: Adquirir os equipamentos que serão incorporados à frota do órgão, cabendo a este a responsabilidade pela gestão da manutenção e documentação pertinente; e ou a locação dos mesmos (sem motorista) onde o serviço consiste na disponibilização dos equipamentos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pela manutenção de cada um, pela gestão da documentação pertinente e pela substituição dos mesmos, além de que, essa modelagem inclui franquia mensal e valor por km rodado, ou quilometragem livre.

Diante do exposto, a justificativa da escolha da solução passa pelas seguintes situações:

- a) Considerando que trata-se de recursos de Resolução com exclusividade para investimento, a solução mais viável e adequada é a aquisição;
- b) A análise das opções oferecidas pelo mercado, leva em consideração o preenchimento dos requisitos de conforto e segurança adequados ao deslocamento de servidores da secretaria municipal;
- c) Reconhece-se as vantagens de cada modelagem, porém as necessidades de transporte do órgão baseia-se num modelo particular do transporte dos servidores, faz-se necessário cuidados especiais com a segurança física desses usuários, e assim, por esse motivo, é recomendável evitar a utilização de serviços que não possam contar com os requisitos de condução;
- e) A locação de veículos representa, em regra, solução viável por evitar contratações correlatas relacionadas à gestão de manutenção dos veículos. Entretanto, a dimensão da necessidade em estudo representa apenas pequena parcela das necessidades totais do órgão, atualmente atendidas pela frota oficial. Nesse viés, as contratações correlatas relativas à frota oficial vigentes ainda serão requeridas nos próximos anos;
- f) Por outro lado, a aquisição de motocicletas novas agregará garantia geralmente de 1 a 3 anos, prazo em que o custo de manutenção com o equipamento será quase integralmente suprimido;
- g) Assim é imprescindível a renovação, pelo menos parcial da frota, o que poderá ser providenciado pela aquisição de novos conforme propõe este estudo;
- h) A caracterização da motocicleta foi estabelecida com base na experiência de aquisições anteriores e na busca de padronização das características da frota do Município visando à maior vantajosidade econômica – custo/benefício (economia de combustível, menores gastos com manutenção preventiva e corretiva, etc.);

Assinado por 2 pessoas: 10/05/2024 14:00:00 - 10/05/2024 14:00:00  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jaraguari.1doc.com.br/verificacao/88936-9807-5826-2024> e informe o código 88936-9807-5826-2024





i) A solução escolhida, em relação às outras soluções apresentadas, se mostra a mais viável em virtude de, no caso da solução que considera a aquisição, para atender à todas demandas da Secretaria Pública Municipal, ser a mais eficiente daquelas disponíveis;

j) A aquisição em questão amplamente transparente, sendo que todas as empresas do ramo teriam capacidade técnica necessária para executar o contrato favorecendo a competitividade do certame;

l) Em análise comparativa ficaram demonstradas as vantagens (pontos fortes) e desvantagens (riscos, limitações, problemas) referentes à adoção de cada solução, demonstrando como cada uma delas cumpre ou descumpe os requisitos da aquisição;

m) A solução se refere ao conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à Administração, ficando evidenciado todas as partes necessárias ao atendimento da demanda, necessidade ou problema, inclusive abordando exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A aquisição proposta será benéfica e vantajosa, uma vez que o planejamento para esta aquisição ora pretendida foi realizado buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na aquisição de serviços, contemplando assim, a demanda das atividades essenciais e auxiliares às atividades acadêmicas e administrativas. Os padrões aqui definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados, pois os parâmetros definidos para o objeto da aquisição e para execução contratual possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida.

No que tange aos impactos ambientais da aquisição, foram relacionadas, neste estudo, as obrigações da contratada quanto a critérios de sustentabilidade, que vão desde rotinas até critérios que deverão ser respeitados quando da aquisição e disponibilização dos materiais.

## **5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1 - Dos requisitos específicos da contratação:**

a) Somente será permitida nesta contratação a participação de empresas que sejam revendedora autorizada (concessionária) ou o próprio fabricante do veículo, conforme preconiza a Lei nº. 6.729, de 08 de novembro de 1979;

b) As motocicletas deverão ser novas, 0km, sendo considerado veículo automotor novo o veículo a motor de propulsão antes do seu registro e licenciamento vendidos por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante da motocicleta, nos termos da liberação do Contran de nº. 64, de 30 de maio de 2008, e da Lei Federal nº. 6.729, de 1979.





## 6 - EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1 - Segue abaixo os requisitos gerais da contratação:

- a) A presente contratação obedecerá a forma de fornecimento INTEGRAL;
- b) O prazo de vigência do contrato será contado do ato da assinatura até 30 de novembro de 2024, podendo ser prorrogado através de termo aditivo (se for o caso);
- c) O local de entrega dos materiais será na Rua Izolino Alves Pereira, nº. 191, Centro, Cep: 79.440-000, no pátio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente na sede do Município de Jaraguari-MS;
- d) O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura do contrato, contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou Requisição;
- e) O prazo de recebimento provisório será de 02 (dois) dias úteis a contar da data de entrega do objeto feita pelo contratado;
- f) O prazo de recebimento definitivo será de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento provisório, após a verificação do cumprimento das exigências do Termo de Referência, podendo ser prorrogado excepcionalmente, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento dessas exigências;
- g) O prazo para substituição ou reparação do objeto deverá executado no prazo de (cinco) dias úteis, quando o objeto for executado em desacordo com as especificações deste instrumento;

### 6.2 - Das condições gerais de execução do objeto:

- a) O objeto a ser fornecido deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento e aceitação definitiva pela fiscalização;
- b) Deverá ser apresentado prospecto/catálogo do objeto a ser fornecido junto da proposta no momento do certame.
- c) Todos os custos com a entrega do bem fornecido, impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem será de responsabilidade da contratada vencedora do certame.

## 7 - GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.







**Proc.:** \_\_\_\_\_/2024  
**Proc. Licitatório:** \_\_\_\_\_/2024  
**Folha:** \_\_\_\_\_  
**Visto:** \_\_\_\_\_





d) Arcar com todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, que decorrerem da execução do objeto da contratação;

e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação.

## **8 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

Os bens serão recebidos provisoriamente, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte inclusive antes do recebimento provisório quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos, à custa do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

No ato seguinte, haverá o recebimento definitivo efetivado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsias sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade, quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal de nº. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo do objeto, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, na instituição bancária por ela apontada.

Apenas as despesas relativas à execução do objeto serão consideradas para fins de pagamento.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente ou circunstâncias que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação regularização da situação, sem ônus ao contratante.

Além da Nota Fiscal, o contratado deverá apresentar e manter atualizados, durante a vigência do contrato, os seguintes documentos:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), em situação "ativa";



- b) Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (quando couber);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT (quando couber).

Ao contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se a execução do objeto não for compatível com as exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos, bem como na proposta do contratado, ou por incorreções formais não sanadas na apresentação da Nota Fiscal.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que poderão ser aplicadas correções a título de atualização financeira devida pelo contratante, na forma da legislação vigente.

## 9 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, respeitados o contraditório e a ampla defesa, ao incorrer nas infrações descritas no art. 155, I a XII, da Lei n.º 14.133, de 2021. Tal responsabilização se efetivará na forma e por meio da aplicação das sanções previstas no Título IV, Capítulo I, da referida lei.

Quanto à multa prevista no art. 156, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, sua aplicação ocorrerá conforme o exposto a seguir:

- a) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 dias;
- b) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos incisos I e II, do art. 155, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- c) Multa compensatória de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas no inciso III, do art. 155, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- d) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos incisos IV a VI, do art. 155, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- e) Multa compensatória de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos incisos VII a IX, do art. 155, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- f) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos incisos X a XII, do art. 155, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes do contrato ou outro instrumento hábil formalizado após este processo ou, ainda, de outras pactuações que o contratado possua com o mesmo órgão contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.





## **10 - FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**10.1** - As propostas serão julgadas com o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **10.2 – Das exigências para HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**10.2.1** - O licitante deverá apresentar os seguintes documentos, conforme sua constituição:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**OBSERVAÇÃO:** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

### **10.3 – Das exigências para HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

**10.3.1** - Quanto à qualificação técnica o licitante deverá apresentar:

a) Ao menos 01 (um) Atestado de Capacidade concedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando que o licitante realizou fornecimento equivalentes ou semelhantes ao objeto deste instrumento;

b) A indicação do responsável técnico pela entrega, que poderá ser realizada por meio de documento que comprove vínculo trabalhista, societário, contratual com o licitante;

**OBSERVAÇÃO:** Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante ou por organizações de um mesmo grupo empresarial do licitante.

### **10.4 – Das exigências para HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**10.4.1** - As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos





**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

Proc.: \_\_\_\_\_/2024  
Proc. Licitatório: \_\_\_\_\_/2024  
Folha: \_\_\_\_\_  
Visto: \_\_\_\_\_

seguintes requisitos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) A prova de inscrição no cadastro de contribuintes poderá ser realizada mediante a apresentação da seguinte documentação:
  - I) *No caso do cadastro de contribuintes estadual, por meio do Cartão de Inscrição Estadual ou Ficha de Inscrição Cadastral-FIC ou Documento de Identificação de Contribuinte;*
  - II) *No caso do cadastro de contribuintes municipal, por meio do Cartão de Inscrição Municipal, Alvará de Licença e Funcionamento ou Alvará de Localização e Funcionamento.*
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, expedida pelo órgão competente do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- f) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Gerais ou Mobiliários, ou outra certidão aplicável, expedida pelo órgão competente do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- g) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- i) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma

Assinado por 2 pessoas em 20/05/2024 às 14:05:11. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jaraguari.ms.gov.br/verificacao/BB93-9827-5826-9226> e informe o código BB93-9827-5826-9226







Proc.: \_\_\_\_\_/2024  
Proc. Licitatório: \_\_\_\_\_/2024  
Folha: \_\_\_\_\_  
Visto: \_\_\_\_\_

lei;

j) O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **10.5 – Das exigências para HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

10.5.1 - Para a habilitação econômico-financeira do licitante será exigido:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

### 10.6 – Das **DECLARAÇÕES:**

10.6.1 - Para habilitação também serão exigidas do licitante as seguintes declarações:

- a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

- c) Declaração de que está ciente das condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

- d) Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

- e) Declaração de cumprimento da proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

- f) Declaração, se for o caso, de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte para recebimento de tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

- g) Declaração, se for o caso, de observância do limite de contratações estabelecido para microempresas e empresas de pequeno porte no artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/21.





**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

Proc.: \_\_\_\_\_/2024  
Proc. Licitatório: \_\_\_\_\_/2024  
Folha: \_\_\_\_\_  
Visto: \_\_\_\_\_

**11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS**

O valor preliminar estimado global da presente contratação é de **R\$ 68.683,00 (SESSENTA E OITO MIL SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS)**. Os preços unitários referenciais estão dispostos na tabela do item 1 deste Termo de Referência.

**12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**CENTRO DE CUSTO: 02.023 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (FMDRS)**  
**FICHA Nº: 0028**  
**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº: 20.606.0110-2.197 – Gestão da Patrulha Mecanizada.**  
**FONTE DE RECURSOS Nº: 4.4.90.52.00 / 1.500.0000 (Equipamentos e Material Permanente)**

Este Termo foi elaborado por: Cacildo Emerson Souza Brasil (Diretor Municipal de Agricultura e Pecuária).

Jaraguari/MS, 05 de junho de 2024.

Este Termo foi lido e aprovado por:

**KLEBER OLIVEIRA DA COSTA**

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente  
Portaria nº. 200/2018

Assinado por 2 pessoas: KLEBER OLIVEIRA DA COSTA, CACILDO EMERSON SOUZA BRASIL  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jaraguari.1doc.com.br/verificacao/BB93-9804-5805-2024>



RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS  
FONE (67) 3285-1359 - EMAIL: [planejamento@jaraguari.ms.gov.br](mailto:planejamento@jaraguari.ms.gov.br)





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E895-F234-58CF-922E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KLEBER OLIVEIRA DA COSTA (CPF 924.XXX.XXX-91) em 05/06/2024 15:41:11 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CACILDO EMERSON SOUZA BRASIL (CPF 078.XXX.XXX-52) em 05/06/2024 16:18:29 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://jaraguari.1doc.com.br/verificacao/E895-F234-58CF-922E>



# PREGÃO ELETRÔNICO

001/2024

**CONTRATANTE**  
**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**

## **OBJETO**

**Aquisição de motocicletas para a Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.**

**VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
**R\$ 68.683,00**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
**Dia 04/07/2024 às 09h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
**Menor preço global**

**MODO DE DISPUTA:**  
**Aberto**

**EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**Não**



**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**

Proc.: 007/2024  
Proc. Licitatório:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

**Sumário**

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	6
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	8
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	9
9. DOS RECURSOS .....	10
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	10
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	10
12. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.....	11
13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO .....	11
14. DO RECEBIMENTO E ENTREGA DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE.....	11
15. DO CADASTRO DAS LICITANTES VENCEDORAS NO E-CJUR DO TCE/MS .....	11
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	11

Assinado por 1 pessoa: EDSON RODRIGUES NOGUEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jaraguari.1doc.com.br/verificacao/3f37-96d7-3329-26E6>



**SEPLAF**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS**  
FONE: 0800 888 1359- EMAIL: [licitacao@jaraguari.ms.gov.br](mailto:licitacao@jaraguari.ms.gov.br)  
SITE: [www.jaraguari.ms.gov.br](http://www.jaraguari.ms.gov.br)





MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Proc.: 007/2024  
Proc. Licitação:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 005/2024 (LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS, por meio do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaraguari, sediada na rua Gonçalves Luiz Martins, nº 420, Centro, CEP: 79.440-000, Jaraguari-MS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 1.213/23, Portaria nº 702 de 13 de maio de 2024, Portaria nº 694 de 22 de abril de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**INÍCIO DO CADASTRO DE PROPOSTAS: 21/06/2024 às 09:00h**  
**TÉRMINO DO CADASTRO DE PROPOSTAS: 04/07/2024 às 09h00min**  
**ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS: 04/07/2024 às 09h00min**  
**INÍCIO DO PREGÃO (Lances): 04/07/2024 às 09h15min**

**\*\*Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

O Pregão Eletrônico será realizado em Sessão Pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases no Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da BLLCOMPRAS (endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>).

#### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é aquisição de motocicletas para a Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos, pertencerem ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, bem como, que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL) no endereço eletrônico (<http://bllcompras.org.br>).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo da licitante vencedora do certame, que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL).

2.5. O cadastramento do licitante deverá ser requerido no site "<https://bllcompras.com/Home/Register>".





MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Proc.: 007/2024  
Proc. Licitatório:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

2.6. Para melhores esclarecimentos relativos a cadastramento da licitante, acessar o endereço eletrônico “<https://bll.org.br/>”.

2.7. A obtenção dos benefícios constantes no capítulo V da LC nº 123/06 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. **Não poderá (ão)** disputar esta licitação:

2.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, “*Justificativa: A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio*”;

2.8.7. Direta ou indiretamente, ou participar da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o art. 9º § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. As vedações dos subitens anteriores estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.11. COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.**

**2.11.1** Às Microempresas (ME's), Empresas de Pequeno Porte (EPP's) e Microempreendedores Individuais (MEI), serão aplicados os benefícios e exigências do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/06.

**2.11.2** As Microempresas (ME's) e Empresas de Pequeno Porte (EPP's), deverão comprovar seu enquadramento mediante Declaração de atendimento, podendo ser utilizado o modelo constante no anexo V.

**2.11.3** A não entrega da Declaração ou sua imperfeição, implicará na anulação do direito em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar nº 123/06.

**2.11.4** No caso de MEI (Microempreendedores Individuais) fica dispensada a apresentação da declaração referida no subitem anterior.

**2.11.5** As Microempresas (ME's), Empresas de Pequeno Porte (EPP's) e Microempreendedores Individuais (MEI's) deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os



**SEPLAF**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO E FINANÇAS

RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS  
FONE: 0800 888 1359- EMAIL: [licitacao@jaraguari.ms.gov.br](mailto:licitacao@jaraguari.ms.gov.br)  
SITE: [www.jaraguari.ms.gov.br](http://www.jaraguari.ms.gov.br)





**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**

**Proc.: 007/2024**

**Proc. Licitatório:005/2024**

**Folha: \_\_\_\_\_**

documentos comprobatórios da regularidade fiscal, social e trabalhista, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação, ou seja, como critério de habilitação não será exigida comprovação da regularidade, sendo a confirmação dessa situação condicionada à posterior regularização da documentação. *(Lei Complementar nº 123 art. 43, § 1º, com redação dada pela Lei Complementar 147/14).*

2.11.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a pedido do interessado e a critério do Município de Jaraguari/MS, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

2.12 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal, social e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro;

2.13 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos;

2.14 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2.15 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem 2.11.6 acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

### **3 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA**

3.1. Os interessados em participar desta licitação deverão credenciar-se junto à plataforma Bolsa de Leilões do Brasil, nos termos do que exige a lei e as normas administrativas da BLL COMPRAS.

3.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações e Leilões do Brasil.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu procurador, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. A participação no Pregão, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

3.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu procurador, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou por meio do e-mail contato@bll.org.br.



#### 4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

##### 4.11 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.12 Os licitantes deverão cadastrar no sistema eletrônico proposta de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para o término do cadastro de propostas.

4.12.1 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.3 Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, em formato digital, posteriormente à fase de julgamento. Ressalte-se que será exigida a apresentação dos documentos de habilitação do licitante vencedor.

2.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até o término do cadastro de proposta.

4.13 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.11 O licitante deverá registrar sua proposta em campo próprio do sistema.

5.11.1 As **propostas deverão ser cadastradas com valor unitário do item**, tendo em vista que o próprio sistema da BLL fará a multiplicação e emitirá os relatórios com o (s) valor (es) total (is) do (s) item (ns), nesse caso os lances serão sobre o valor unitário do item.

5.11.2 No caso do (s) lote (s) formado (s) com mais de 1 (um) item, nessa situação os lances serão pelo valor total do lote, face a uma funcionalidade do sistema da BLL–Bolsa de Licitações e Leilões.

5.11.3 A proposta deverá conter seu valor, marca e modelo do objeto, assim como seu quantitativo

5.12 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.13 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.14 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.15 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar adequadamente o objeto licitado, promovendo, quando necessário, sua substituição.

5.16 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.17 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no anexo I deste edital (preços máximos de referência).

5.18 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle Externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### 6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Proc.: 007/2024

Proc. Licitatório:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

**6.2 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**

6.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, sendo o critério de julgamento o menor preço global.**

6.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 10,00 (dez reais).**

**6.10 O procedimento seguirá o modo de disputa “Aberto”.**

6.11 No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



**SEPLAF**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO E FINANÇAS

RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS  
FONE: 0800 888 1359- EMAIL: [licitacao@jaraguari.ms.gov.br](mailto:licitacao@jaraguari.ms.gov.br)  
SITE: [www.jaraguari.ms.gov.br](http://www.jaraguari.ms.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: EDSON RODRIGUES NOGUEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jaraguari.1doc.com.br/verificacao/3F37-96D7-3329-26E6> e informe o código 3F37-96D7-3329-26E6







MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Proc.: 007/2024  
Proc. Licitatório:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

6.17.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

6.17.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.17.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso do Sul;

6.17.2.2 Empresas brasileiras;

6.17.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.17.2.5 As regras previstas nos subitens anteriores não prejudicarão a aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.18.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que sob pena de desclassificação, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada e documentação de habilitação ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.18.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.19 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase julgamento da proposta.

## 7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros(art. 91, § 4º da lei 14.133/21):

**a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União e;**

**b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.**

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.2.1 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

7.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4 Verificadas as condições de participação e de, se for o caso, utilização do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à





**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**

Proc.: 007/2024

Proc. Licitatório:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1 Contiver vícios insanáveis;

7.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1 A inexequibilidade, de que trata o subitem 7.6, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.6.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7 Erros no preenchimento da planilha de custos e de preços não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, ou seja, não majorarem o preço ofertado ou comprometam a execução do objeto;

## **8 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1 Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema pelo licitante vencedor, em formato digital, no prazo MÁXIMO DE **04 (QUATRO) HORAS**, prorrogável por igual período a critério da administração, contado da solicitação do pregoeiro.

8.2 Todas as exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, técnica e econômico-financeira estão previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA**, anexo a este edital.

8.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por autenticação realizada por servidor do órgão contratante.

8.3.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.4 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5 Excepcionalmente, o agente de contratação (ou comissão de contratação) poderá promover diligência com vistas a sanar as propostas ou documentos de habilitação, de modo a evitar o fracassamento do processo como um todo ou de item específico, bem como afastar a caracterização de prejuízo ao erário, priorizando-se, neste caso, a proposta mais vantajosa. A análise será feita caso a caso, podendo ser requerido o apoio do órgão de assessoramento jurídico da Administração.

8.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.6.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.6.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.7 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



8.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.10 Os documentos apresentados pelo licitante que não tragam sua validade expressa serão considerados pelo Pregoeiro como válidos por 60 (sessenta) dias da data de expedição. Os documentos apresentados na fase de habilitação deverão estar dentro de seu prazo de validade, sendo a data da solicitação do pregoeiro (subitem 8.1) a referência para a verificação deste.

## 9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, e pedido de reconsideração, observar o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.**

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, durante o prazo de 15 (quinze) minutos a ser concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação conforme o caso.

9.3.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 **Os recursos poderão ser encaminhados em campo próprio do sistema ou, excepcionalmente, em caso de falha no sistema, por e-mail no endereço eletrônico [licitacao@jaraguari.ms.gov.br](mailto:licitacao@jaraguari.ms.gov.br) ou protocolados na Prefeitura Municipal de Jaraguari-MS, localizada na rua Gonçalves Luiz Martins, nº 420, Centro, CEP: 79.440-000, Jaraguari-MS.**

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de Jaraguari e poderão ser solicitados através do endereço eletrônico [licitacao@jaraguari.ms.gov.br](mailto:licitacao@jaraguari.ms.gov.br).

## 10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Todas as infrações administrativas e sanções para esta contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este edital.

## 11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, no próprio portal BLL COMPRAS ou, excepcionalmente, em caso de falha no sistema, no endereço eletrônico**



**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**

Proc.: 007/2024

Proc. Licitatório:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

**licitacao@jaraguari.ms.gov.br ou protocolados na Prefeitura Municipal de Jaraguari-MS, localizada na rua Gonçalves Luiz Martins, nº 420, Centro, CEP: 79.440-000, Jaraguari-MS.**

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, salvo se dela não decorrer alteração editalícia que comprometa a formulação das propostas.

## **12 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

12.1 O valor estimado global da presente aquisição é de R\$ 68.683,00 (sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais) com base nos cálculos de cotação.

## **13 DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

13.1 Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

13.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2 Aplicar-se-ão à futura contratação as disposições previstas no Título III, Capítulo I, da Lei nº 14.133/21.

13.2 Prazo de vigência do contrato: até 30 de novembro de 2024, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da Lei nº 14.133/21.

## **13 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nem será permitida a subcontratação do objeto.

## **14 DO RECEBIMENTO E ENTREGA DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

14.1 Os critérios de recebimento e entrega do objeto, de fiscalização, de gestão do contrato, do pagamento e do reajuste estão previstos no Termo de Referência e na Minuta do contrato, anexos a este Edital.

## **15 DO CADASTRO DAS LICITANTES VENCEDORAS NO E-CJUR DO TCE/MS**

15.1 Para o fim de atender a exigência do art. 15, V, da Resolução nº 65, de 13 de dezembro de 2017, do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), a empresa a ser contratada deverá até a data de assinatura do contrato, promover seu cadastro no sistema E-CJUR DO TCE/MS, no seguinte endereço eletrônico: <https://ww4.tce.ms.gov.br/ecjur/Login/Login?ReturnUrl=%2f#/>

15.2 O passo-a-passo para o cadastramento de empresas pode ser acessado no Capítulo 10 do Manual e-CJUR disponível no Portal do Jurisdicionado no menu “Manuais”, no seguinte endereço: <http://www.tce.ms.gov.br/portaljurisdicionado/conteudos/lista/4/9>

15.3 Deverá ser encaminhado à Administração o comprovante do cadastramento.

## **16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**

**Proc.: 007/2024**  
**Proc. Licitatório:005/2024**

**Folha: \_\_\_\_\_**

16.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.8 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico [www.jaraguari.ms.gov.br](http://www.jaraguari.ms.gov.br), (na seção portal transparência, editais de licitação pelo link <http://s2.asp.srv.br/etransparencia.pm.jaraguari.ms/servlet/wpeditallicitacaoconsulta>) ou no portal Bli Compras pelo link <https://bli.org.br/editais>.

16.9 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I -Preços Máximos de Referência;

Anexo II - Termo de Referência;

Anexo III – Modelo de Proposta;

Anexo IV – Modelo de Declaração Unificada.

Anexo V –Modelo de Declaração de ME/EPP;

Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato.

Jaraguari-MS, 19 de Junho de 2024.

**Edson Rodrigues Nogueira**  
**Prefeito Municipal de Jaraguari-MS**



**SEPLAF**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS**  
FONE: 0800 888 1359- EMAIL: [licitacao@jaraguari.ms.gov.br](mailto:licitacao@jaraguari.ms.gov.br)  
SITE: [www.jaraguari.ms.gov.br](http://www.jaraguari.ms.gov.br)






MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Proc.: 007/2024  
Proc. Licitatório:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

### ANEXO I - PREÇOS MÁXIMOS DE REFERÊNCIA

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUARI</b> Estado de Mato Grosso do Sul					
<b>ANEXO I - PREÇOS MÁXIMOS DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES</b>					
OBJETO					
Condições de Entrega: CONFORME EDITAL					
Condições de Pagamento: CONFORME EDITAL					
ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA DE QUANTITATIVO E DE PREÇO UNITÁRIO E TOTAL					
Item	Especificação Completa	Qtde.	Unid.	Média Unit.	Média Total
1	3025 MOTOCICLETA ZERO KM	3,000	UN	22.894,3333	68.683,00
com motorização no mínimo 160 cc , monocilíndrico de 4 tempos e arrefecido a ar, Potência/Torque: Potência: de no mínimo 14, cv a 9000 rpm (Gasolina) / 14,0 cv a 9000 rpm (Etanol). Torque: de no mínimo 1,40 kgf. m a 5.000 rpm (Gasolina) / 1,60 kgf. m a 5.000 rpm (Etanol). Transmissão: Manual de 5 velocidades, Suspensão: Dianteiro: Garfo telescópico e curso de 180 mm. Traseiro: Mono e curso de no mínimo 150 mm. Consumo de no mínimo: 35 km/l, Roda e Pneus: Dianteiro de medidas no mínimo: 90/90 19M/C - Traseiro: 110/90 -17M/C; Freios: Dianteiro: A disco " 240 mm / Traseiro: A disco " 220 mm, Peso no mínimo :120 kg, Dimensão: Comprimento: 2.067 mm / Largura: 810 mm / Altura: 1.151 mm / Altura do assento de no mínimo: 830 mm / Distância entre eixos de no mínimo 1.350mm, Distância mínima do solo de no mínimo: 240 mm, Tanque capacidade de no mínimo: 10 L. 0 (Zero) quilometro.					
Totalização:					68.683,00

Assinado por 1 pessoa: EDSON RODRIGUES NOGUEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jaraguari.1doc.com.br/verificacao/3f37-96d7-3329-26E6>



**SEPLAF**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO E FINANÇAS

RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS  
FONE: 0800 888 1359- EMAIL: [licitacao@jaraguari.ms.gov.br](mailto:licitacao@jaraguari.ms.gov.br)  
SITE: [www.jaraguari.ms.gov.br](http://www.jaraguari.ms.gov.br)







**ANEXO IV**

(Este anexo é um modelo)

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ ou CPF no. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante ou procurador, sob as penas da Lei, declara:

- Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- Que está ciente das condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
- Que cumpre a proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade administrativa, civil e ou criminal por eventual falsidade.

(localidade) \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa ou procurador)



MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Proc.: 007/2024

Proc. Licitatório:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

**ANEXO V**

(Este anexo é um modelo)

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ ou CPF no. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, declaro o enquadramento como \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de pequeno porte) para recebimento de tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Declara ainda a observância do limite de contratações estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte no artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(localidade) \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa ou procurador)



**SEPLAF**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO E FINANÇAS

RUA GONÇALVES LUIZ MARTINS, 420 - CENTRO - JARAGUARI/MS  
FONE: 0800 888 1359- EMAIL: [licitacao@jaraguari.ms.gov.br](mailto:licitacao@jaraguari.ms.gov.br)  
SITE: [www.jaraguari.ms.gov.br](http://www.jaraguari.ms.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: EDSON RODRIGUES NOGUEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jaraguari.1doc.com.br/verificacao/3F37-96D7-3329-26E6>





ANEXO IV  
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE  
JARAGUARI E A EMPRESA  
.....

O MUNICÍPIO DE JARAGUARI/MS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ de nº. 03.501.533/0001-45, com sede à Rua Gonçalves Luiz Martins, nº. 420, Centro, CEP: 79.440-000 na cidade de Jaraguari/MS, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EDSON RODRIGUES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, bacharel em direito, RG nº. 001.074.585 - SSP/MS, CPF nº. 286.320.601-04, residente e domiciliado à Rua Hugo Gregório, nº. 211, Centro, CEP: 79.440-000, Jaraguari/MS, através do **FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**, CNPJ: 28.696.695/0001-07, sediado na Rua Gonçalves Luiz Martins, nº. 420, Centro, CEP: 79.440-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável o Sr. **KLEBER OLIVEIRA DA COSTA** portador da Cédula de Identidade: 789306 emitida pela SSP/MS, CPF: 924.566.931-91 residente e domiciliado a Rua Hugo Gregório, nº 341 na cidade de Jaraguari – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, com sede na Cidade de \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF/MF nº \_\_\_\_\_, denominada simplesmente **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo administrativo licitatório nº 005/2024, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto municipal nº 1213/23, Portaria 704/23 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de motocicletas para a Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de até 30 de novembro de 2024, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 A forma de fornecimento contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Proc.: 007/2024

Proc. Licitatório:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

#### 4 CLÁUSULA QUARTA –DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 5 CLÁUSULA QUINTA –DO PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxx reais).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 6 CLÁUSULA SEXTA –DO PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

#### 7 CLÁUSULA SÉTIMA - DOREAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, qual seja 25 de janeiro de 2024.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 8 CLÁUSULA OITAVA -DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



8.10 Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, podendo ser prorrogado justificadamente pelo Contratante.

8.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9 CLÁUSULA NONA -DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), em situação "ativa"; 2) Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (quando couber); 3) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT (quando couber).

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

9.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.16 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato;





**MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**

Proc.: 007/2024

Proc. Licitação:005/2024

Folha: \_\_\_\_\_

9.17 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.19 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender com brevidade;

9.20 Responsabilizar-se civil, administrativa e criminalmente por qualquer descumprimento das disposições legais e contratuais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão;

9.21 Arcar com todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, que decorrerem da execução do objeto da contratação;

**10 CLÁUSULA DÉCIMA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA DO OBJETO**

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.2 O prazo de garantia do objeto da contratação será, no mínimo, o estabelecido no art. 26, da Lei nº 8078/90.

**11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, respeitados o contraditório e a ampla defesa, ao incorrer nas infrações descritas no art. 155, I a XII, da Lei nº 14.133, de 2021. Tal responsabilização se efetivará na forma e por meio da aplicação das sanções previstas no Título IV, Capítulo I, da referida lei.

11.2 Quanto à multa prevista no art. 156, II, da Lei nº 14.133, de 2021, sua aplicação ocorrerá conforme o exposto a seguir:

a) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 dias;

b) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos incisos I e II, do art. 155, da Lei nº 14.133, de 2021.

c) Multa compensatória de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas no inciso III, do art. 155, da Lei nº 14.133, de 2021.

d) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos incisos IV a VI, do art. 155, da Lei nº 14.133, de 2021.

e) Multa compensatória de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos incisos VII a IX, do art. 155, da Lei nº 14.133, de 2021.

f) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos incisos X a XII, do art. 155, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes do contrato ou outro instrumento hábil formalizado após este processo ou, ainda, de outras pactuações que o contratado possua com o mesmo órgão contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1 Garantido o contraditório e a ampla defesa do contratado, o presente contrato poderá ser extinto pelos motivos e nas formas disciplinadas no Título III, Capítulo VIII, da Lei nº 14.133/21, por meio de processo administrativo sancionatório ou outro meio pertinente, a depender do caso.

**13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do contratante, para o presente exercício, na classificação abaixo:



**I - Unidade Orçamentária: 002023 Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - FMDRS**  
**Ficha nº: 28 –44905200 Equipamentos e Material Permanente**  
**Funcional Programática: 20.606.0110 – 2. 197 Gestão da Patrulha Mecanizada**  
**Fonte de Recursos: 15000000 Recursos não vinculado de impostos**

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Aplicar-se-ão a este contrato as regras para alteração contidas no Título III, Capítulo VII, da Lei n.º 14.133/21. O prazo para resposta aos pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro é de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento do ofício de requerimento do contratado, acompanhado da devida justificativa e documentos comprobatórios. O prazo para resposta poderá ser justificadamente prorrogado pelo Contratante.

14.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 A publicação do extrato deste instrumento será efetivada no Diário Oficial do Município e em outro aplicável, e no Portal Nacional de Contratos Públicos (PNCP), no prazo previsto em lei.

#### 16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

17.1 O presente Contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

#### 18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 Fica eleito a Comarca de Bandeirantes-MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Jaraguari-MS, xxx de xxxxxxxx de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3F37-96D7-3329-26E6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDSON RODRIGUES NOGUEIRA (CPF 286.XXX.XXX-04) em 21/06/2024 07:38:04 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://jaraguari.1doc.com.br/verificacao/3F37-96D7-3329-26E6>